

período

NOVEMBRO 2016

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

ASSEMBLEIA GERAL

Assembleia definirá previsão orçamentária para 2017

O Sinpro/RS convoca os professores associados para Assembleia Geral no próximo dia 10 de dezembro, às 14h, no Espaço de Eventos do Sindicato em Porto Alegre (Av. João Pessoa, 919). Na pauta da Assembleia, a previsão orçamentária para 2017, a definição das arrecadações e restituições e a previsão de agenda para a Campanha Salarial 2017. No encontro, será realizado também um painel sobre as políticas públicas para a educação superior.

Neste período do ano, a Direção Colegiada do Sinpro/RS discute com os professores a sustentação financeira do Sindicato, iniciativas e projetos. A decisão coletiva sobre a receita e a destinação dos recursos é marca registrada do Sinpro/RS. Há mais de duas décadas, o Sindicato mantém a política de restituição do imposto sindical aos associados e a progressiva dependência de receitas aprovadas pela categoria.

No último período, o Sindicato tem reduzido anualmente a contribuição assistencial, tendência que deverá ser mantida para o próximo período.

ASSEMBLEIA GERAL

Dia: 10 de dezembro de 2016

Hora: 14h

Local: Sede estadual do Sinpro/RS
(Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre).

PAUTA

- Previsão orçamentária para 2017;
- Definição das arrecadações e restituições;
- Previsão de agenda para a Campanha Salarial 2017;
- Painel sobre as políticas públicas para a educação superior;
- Assuntos Gerais.

EDITORIAL

Arrecadação e orçamento

O final do ano é sempre um momento de avaliação, planejamento e definições para o próximo período.

As reivindicações da categoria, a defesa dos seus interesses, a prestação de serviços, a resistência e a manutenção dos direitos dos trabalhadores exigem a definição das condições operacionais do Sindicato e orçamento para o seu custeio.

As receitas e o orçamento precisam ser definidos no prazo estatutário. Essa definição é da Assembleia Geral dos professores ao final de cada ano.

É fundamental que a categoria conheça e entenda a sustentação financeira do seu Sindicato. A ampliação da receita de mensalidades através do aumento de as-

sociados, combinada com a devolução do imposto sindical e a redução progressiva da contribuição assistencial constituem a política de sustentação do Sinpro/RS.

Por sua vez, os encaminhamentos formais da Campanha Salarial com aprovação das reivindicações para a negociação das convenções coletivas de trabalho (CCTs) ficam transferidos para o reinício das atividades letivas. Essa dinâmica foi inaugurada em 2015 e será mantida em 2017. Assim, a Campanha Salarial fica mais compacta e conta com maior atenção e interesse dos professores, que no retorno das férias sentem-se mais seguros para pensar em reivindicações

Direção Colegiada

Participação dos professores no dia 11 de novembro

A mobilização do último dia 11 de novembro foi, sem dúvidas, um marco para os professores do ensino privado do RS. Na verdade, nunca os professores tiveram tantos motivos para se mobilizar e participar da luta geral dos trabalhadores. Desta vez, os quatro eixos que motivaram o dia 11 representam ameaças objetivas e diretas aos professores do setor privado.

A PEC 55, a MP 746, a ampliação das possibilidades de terceirização e a reforma da Previdência ameaçam a empregabilidade e comprometem as condições de vida dos professores.

O posicionamento contrário dos professores, de forma contundente, às iniciativas do governo já havia sido expresso na consulta feita pelo Sinpro/RS na segunda quinzena de outubro. A disposição de participar de uma Greve Geral também foi amplamente majoritária entre os que participaram do mesmo levantamento.

A Assembleia Geral foi ainda mais categórica na oposição às medidas do governo federal e unânime na adesão à paralisação do dia 11/11.

Conhecedores da cultura da categoria, os participantes da Assembleia orientaram a organização da paralisação por local de trabalho com vistas à efetividade da decisão tomada.

Muitas foram as adversidades que se apresentaram na implementação. A primeira, como sempre, é o medo de participar de um ato conflitivo, mesmo que a paralisação do dia 11/11 não fosse contra os empregadores do ensino privado, conforme explicitado pela resolução da Assembleia Geral.

A adversidade maior ficou por conta de uma efetiva e intensa militância do Sindicato patronal, que não deixou dúvidas quanto ao seu alinhamento ideológico e

político com as medidas do governo federal, contrário aos interesses dos professores e favorável à reforma do ensino médio, que relativiza a formação pedagógica para a atuação docente; à terceirização da atividade dos professores; à reforma da Previdência que acabará com a aposentadoria diferenciada dos professores e os obrigará a trabalhar até os 65 anos.

Ocasões como a convocação de uma Greve Geral se constituem em circunstâncias de grande valor pedagógico. Situação que evidencia o posicionamento dos empregadores e gestores do ensino privado, mesmo do segmento comunitário, alinhado com as restrições de direitos de quem trabalha e com a lógica fácil do ajuste fiscal. Alinhamento ideológico e, acima de tudo, político.

No nosso âmbito, um amplo aprendizado também se faz necessário. O primeiro é justamente a percepção do momento que estamos vivendo. A redução dos direitos trabalhistas e o barateamento do custo do trabalho são objetivos da quebra institucional que interrompeu um mandato presidencial conferido pelo voto popular.

A luta de resistência será longa e difícil, e no caso do ensino privado é preciso ter sempre em vista buscar o apoio ou, pelo menos, a simpatia dos alunos e das famílias, razão pela qual é preciso zelar pelo cumprimento dos dias letivos, que, em caso de paralisação, precisam ser recuperados.

Por fim, aos que aderiram à paralisação do dia 11/11, cumprimentos pelo discernimento e coragem, aos que não puderam por incompreensão, divergência ou mesmo por impossibilidade, fica o estímulo a mais informação, reflexão e disposição de participar das lutas que virão.

Direção Colegiada



As lutas do movimento sindical e dos professores

Está na pauta do movimento sindical e do Sinpro/RS a resistência e combate às medidas promovidas pelo Executivo federal e pelo Legislativo para contemplar projetos que beneficiam apenas o setor empresarial/patronal, que retiram direitos dos trabalhadores e trazem danos à educação. Entre elas, estão a reforma da Previdência, a proposta de terceirização da atividade-fim, a PEC dos Gastos Públicos e a reforma do ensino médio.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A reforma da Previdência, que está em fase final de discussão no governo para ser enviada ao Congresso Nacional, altera aposentadorias e pensões a segurados do INSS. Entre as novas regras, está a fixação da idade mínima para requerer a aposentadoria por tempo de contribuição em 65 anos, tanto para homens quanto para mulheres. O governo aguarda a definição no Senado, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 – a chamada PEC dos Gastos Públicos —, que prevê a fixação de um limite para as despesas da União. Somente depois disso, enviará o texto da reforma à Câmara dos Deputados, o que deverá acontecer ainda em dezembro.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O prazo de vigência da medida provisória que promove a reforma do ensino médio foi prorrogado pelo Senado. Com isso, os deputados e senadores terão mais 60 dias para analisar a MP 746/16. O ato que prorroga a MP foi publicado no Diário Oficial da União no dia 16 de novembro. A MP foi editada pelo presidente Michel Temer em 22 de setembro e publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte. O texto ainda precisa ser votado na Comissão mista destinada a analisá-la para, em seguida, ser apreciado pelos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

A MP determina que as matérias de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática devem ser ofertadas obrigatoriamente nos três anos do ensino médio. Já matérias consideradas transversais, como Filosofia, Sociologia, Educação Física, Artes e línguas estrangeiras adicionais, não serão obrigatórias, sendo optativa sua inclusão no currículo das escolas.

Outra mudança trazida pela MP é a dispensa da necessidade de diploma de licenciatura para os professores da educação básica. Pelo texto, podem ser contratados profissionais pelo critério de “notório saber” para ministrar aulas que tenham relação com a sua formação específica. Em audiência na Comissão mista da Câmara, ocorrida no dia 23 de novembro, houve intensa polêmica sobre a não obrigatoriedade de disciplinas, principalmente, no que se refere à Sociologia e à Filosofia e também sobre a formação de professores.

PEC DO TETO

A PEC 55 (241, na Câmara) cria o Novo Regime Fiscal que vigorará por 20 anos. A partir de 2017, a despesa anual não poderá ser superior à despesa primária realizada no ano anterior, corrigida apenas pela inflação. O projeto atinge recursos da Saúde e da Educação. Na prática, traz embutido a redução forçada do Estado, abrindo caminho para os investimentos privados, e terá impacto nas políticas inclusivas, como o Prouni e o Fies, que, no último período, foram responsáveis pelo incremento do número de alunos no ensino superior privado. A PEC iniciou votação no Senado no dia 24 de novembro (data de fechamento deste boletim).

NOVA OFENSIVA DA TERCEIRIZAÇÃO

A terceirização voltou a ser discutida no Legislativo quando o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/15 entrou na pauta do Senado no dia 24 de novembro. A votação foi adiada, no entanto, em função da pressão das centrais sindicais junto à presidência do Senado.

O projeto, já aprovado na Câmara, expande a modalidade de forma generalizada, tanto para as atividades-meio como para as atividades-fim. Isso significa, no caso da Educação, por exemplo, que até a contratação de docentes poderia ser feita de forma terceirizada.

A inclusão do PLC 30 na pauta do Senado acontece logo depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou o julgamento da ação que contesta a legalidade da Súmula 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que proíbe a contratação de mão de obra terceirizada para prestação de serviços relacionados com a atividade-fim da empresa tomadora de serviços. O relator, ministro Luiz Fux, propôs que o resultado da decisão tenha repercussão geral. Ou seja, se for revogada a Súmula 331, as empresas ficam livres para terceirizar todos os seus serviços, podendo funcionar sem funcionários.

O PLC 30 representa a supressão dos direitos dos trabalhadores, que têm salários rebaixados, perda de benefícios sociais e redução da representação sindical. Na Educação, além de precarizar o trabalho dos professores e comprometer a qualidade do ensino, a terceirização da atividade-fim também significa a exclusão da possibilidade de integração entre trabalhadores, estudantes, seus pais e responsáveis

VOCÊ
CONTA
COM O
SIN
PRO

SIN
PRO
CONTA
COM
VOCÊ

As lutas do Sindicato dependem da sua força.

Se você já é sócio do Sinpro/RS estimule seus colegas a se associarem também. Acesse o site www.sinprors.org.br

Melhores condições de trabalho | Limite de alunos por turma
Redução do trabalho extraclasse e direito ao descanso | Reajuste salarial

LUTA

|

SERVIÇO

|

CIDADANIA

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

() Endereço Insuficiente
() Ausente
() Não existe o nº indicado
() Falecido
() Desconhecido
() Outros (Especificar)
() Mudou-se

Visto: / /

Sinpro/RS Av. João Pessoa, 919 - Porto Alegre/RS - 90.040-000